

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4992/2020

1. OBJETO:

O presente procedimento refere-se à contratação de empresa para capacitação on-line de acolhimento familiar (ENAFAM 2020).

2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO:

2.1. A Secretaria de Assistência Social desenvolve, constantemente, cursos, palestras e capacitações voltadas aos servidores. Este curso é o 1º Encontro Online de Acolhimento Familiar (ENAFAM) ocorrerá entre os dias 26 e 28 de agosto. O evento apresentará diferentes aspectos e conceitos relacionados a essa modalidade de amparo às crianças e aos adolescentes afastados da família de origem em razão de alguma situação de risco ou vulnerabilidade.

Contará com a participação de mais de 40 especialistas do Brasil e do exterior, o ENAFAM é um dos maiores eventos online já realizados sobre essa temática no país. Organizado pelo Instituto Geração Amanhã, o Encontro conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

O Acolhimento Familiar é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar é uma medida protetiva, temporária e excepcional: por ordem judicial, uma criança ou adolescente é retirado de sua família de origem em razão de alguma situação de risco ou vulnerabilidade (como abuso, negligência, violência ou abandono) e encaminhado a uma família acolhedora, a quem é concedida a guarda provisória do menor. O ECA estabelece que a inclusão em programas de acolhimento familiar tem preferência em relação à modalidade institucional (casas lares). Porém, de acordo com dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), apenas 4,2% das mais de 32 mil crianças acolhidas no Brasil estão inseridas em uma família acolhedora. No Paraná, esse índice é de 16,4%. Destaca-se que no município de Ubitatã, a nova modalidade está em fase de implantação, sendo que a capacitação se torna de extrema importância aos técnicos.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que a regra adotada pelo legislador pátrio, no caso de obras, serviços, compras e alienações é a da obrigatoriedade de licitação, conforme prescreve o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998))

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. "

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1991, regulamenta o referido inciso XXI, instituindo normas e procedimentos para a realização de licitações e contratos Administrativos com a Administração Pública.

A Lei 8.666/93 também previu hipóteses em que, legitimamente, a Administração Pública pode celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório, com o objetivo de permitir a eficiência do ordenamento jurídico em situações peculiares. Prescreve casos de dispensa, vedação e inexigibilidade de licitação, constituindo tais hipóteses exceções ao procedimento licitatório, e como tal devem ser justificadas e restritivamente capituladas, nos precisos termos dos artigos 17, 24 e 25 do supramencionado Estatuto das Licitações e Contratos.

No tocante à inexigibilidade de licitação, só é possível em se verificando a impossibilidade jurídica de competição, conforme previsto no art. 25 da Lei nº 8.666/93.

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1o Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O preço da capacitação é de R\$ 300,00 (trezentos reais) para os três servidores que serão inscritos: Larissa Speiss Peterlini (Assistente social), Debora Veridiana Zampieri Giarola (Psicologa) e Vivian Fugiwara Schirmer (Assessora). O encontro será realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2020 completando a carga horária de 20 horas.

Ressalta-se ainda que a realização do curso de maneira on-line torna-se mais vantajosa ao município. Pois a empresa a ser contratada não terá custos nem de transporte nem de hotel e isso se refletirá no preço final, que será consideravelmente inferior ao mesmo curso na sua modalidade presencial. Estratégia que vai ao encontro do princípio constitucional da Economicidade, expresso no art. 70, o qual estabelece que a Administração deve obter o resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

Com o propósito de possibilitar o debate e a troca de experiências entre os participantes o curso será transmitido ao vivo em uma das salas da Secretaria de Assistência Social, Respeitadas as recomendações sanitárias no combate ao COVID-19.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:

A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

4. CONTRATADA:

INSTITUTO GERAÇÃO AMANHÃ, inscrita no CNPJ sob o nº 27.465.909/0001-71, situada na Rua Fernão Dias, 323, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 05427-010, Telefone nº (11) 4765-6771, e-mail contato@geracaoamanha.org.br.

5. VALOR:

O valor total do presente procedimento está fixado em R\$ 300,00 (Trezentos reais).

6. VIGÊNCIA:

1 mês, a contar da data do presente Termo.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 1501

Despesa Orçamentária: 11962
Categoria: 339039050000
Descrição da Despesa: serviços técnicos profissionais
Fonte de Recurso: 935

8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. TOTAL
1	1	Contratação de empresa para capacitação on-line de acolhimento familiar (ENAFAM 2020)	1	UN.	300,00

Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubiratã - Paraná, 20 de agosto de 2020.

HAROLDO FERNANDES DUARTE
Prefeito

ELIANE OMORI DUARTE
Presidente da Comissão de Licitação
Nomeado Conforme Portaria 29/2020